CSC – Central de Serviços Compartilhados S.A.

Demonstrações Financeiras e
Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2022

bakertilly

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	**6**
Demonstrações dos resultados	**7**
Demonstrações dos resultados abrangentes	**8**
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	**9**
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	**10**
Notas explicativas às demonstrações financeiras	**11**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
CSC – Central de Serviços Compartilhados S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CSC – Central de Serviços Compartilhados S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSC – Central de Seviços Compartilhados S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 13 de abril de 2022, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2023.

Atenciosamente,

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador - CRC-SC 024.494/O-1

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes atuando como Baker Tilly é um membro da rede global Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.424	3.073
Contas a receber	5	2.053	1.696
Impostos e contribuições a recuperar	7	444	518
Outros créditos		270	151
Total do ativo circulante		6.191	5.438
Direito de uso	8	743	1.181
Total do ativo não circulante		743	1.181
Total do ativo		6.934	6.619

Passivo	Notas	2022	2021
Fornecedores		371	135
Salários, provisões e contribuições sociais	9	2.748	2.823
Impostos e contribuições a recolher	10	294	236
Dividendos propostos		22	17
Adiantamento de clientes		32	-
Arrendamento a pagar	11	343	414
Total do passivo circulante		3.810	3.625
Arrendamento a pagar	11	445	809
Total do passivo não circulante		445	809
Patrimônio Líquido	12		
Capital social		1.090	1.090
Reservas de lucros		1.589	1.095
Total do patrimônio líquido		2.679	2.185
Total do passivo e patrimônio líquido		6.934	6.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

Demonstrações dos resultados

Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	13	18.271	14.403
Custo dos serviços prestados	14	(17.530)	(14.435)
Lucro líquido operacional		741	(32)
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		288	121
Despesas financeiras		(246)	(74)
		42	47
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		783	15
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(284)	(1)
Lucro líquido do exercício		**499**	**14**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,4578	0,0133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	499	14
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	499	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros			
	Capital Social	**Legal**	**Retenção**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	370	74	1.727	-	2.171
Integralização ao capital social - AGO 26/04/2021	720		(720)		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14	14
Destinações:					
Reserva legal	-	1	-	(1)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	13	(13)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.090	75	1.020	-	2.185
Lucro líquido do exercício	-	-	-	499	499
Destinações:					
Dividendos minímos obrigatórios	-	-	-	(5)	(5)
Reserva legal	-	25	-	(25)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	469	(469)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.090	100	1.489	-	2.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	783	15
Ajustes de itens que não causaram impacto no caixa:		
Amortização do arrendamento	446	751
Juros sobre arrendamentos	30	28
Baixa dos contratos encerrados	28	-
Provisão para perda esperada	88	-
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(445)	(311)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	74	(222)
Outras contas a receber	(119)	(15)
Fornecedores	236	(173)
Salários, provisões e contribuições sociais	(75)	165
Impostos e contribuições a recolher	(226)	8
Adiantamento de clientes	32	-
Pagamento de juros de passivos de arrendamento	(30)	(28)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	822	218
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de passivos de arrendamento (principal)	(471)	(707)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(471)	(707)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**351**	**(489)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.073	3.562
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.424	3.073
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**351**	**(489)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A CSC - Central de Serviços Compartilhados S.A. ("CSC" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social e principal atividade a prestação de serviços de apoio administrativo, financeiro e técnico e serviços congêneres, para atender exclusivamente os seus acionistas e terceiros que explorem unidades de energia elétrica. A CSC tem sede em Rua Lauro Linhares, nº 2010 Ed. Comercial São Francisco, Bloco B, 1º andar, Bairro Trindade, Florianópolis, SC, CEP 88.036-002, tendo sido constituída em 29 de abril de 2009.

As operações da Companhia são realizadas de forma complementar as atividades de seus acionistas, visando exclusivamente a prestação de serviços terceirizados, essas transações estão divulgadas na nota explicativa 6. O volume de operações da Companhia e sua continuidade estão diretamente associados às decisões estratégicas da administração e de seus acionistas.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

A Administração entende que dispõe de todos os elementos necessários para que estas demonstrações financeiras sejam preparadas, com base no pressuposto de sua continuidade operacional.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi aprovada pela Diretoria em 21 de março de 2023.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

O contas a receber de clientes foram reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Caixa e equivalentes de caixa
Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c. Contas a receber de partes relacionadas e não relacionadas
As contas a receber de partes relacionadas e não relacionadas são avaliadas no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente, visto que não há presunção de juros embutidos sobre estes recebíveis. Sobre estes montantes não foram identificados riscos de crédito, em função de se tratar de transação com partes relacionadas e não relacionadas. No exercício de 2022 a Companhia registrou os valores superiores a 180 dias de atraso como provisão para crédito de liquidação duvidosa e em 2021 não foram registradas perdas.

d. Contas a pagar a fornecedores
São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Inicialmente reconhecidos com base no valor não descontado devido ao fornecedor e ao fim de cada exercício de divulgação, a Companhia os avalia a fim de mensurá-los com base no valor que espera pagar.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia realiza a avaliação de provisão para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:
- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou,
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros
O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Após análise, a Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável, quando aplicável.

A provisão para imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

h. Arrendamentos

O contrato de arrendamento é aquele que transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida da Companhia.

i. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor presente pela prestação de serviços. A receita é reconhecida quando da prestação dos serviços, os quais são medidos em bases mensais.

Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Serviços ou produtos determinados através da prestação de serviços mensal; (ii) Preços determinados em contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

j. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas são continuamente avaliadas com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

k. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Depósitos bancários a vista	91	151
Aplicações financeiras	3.333	2.922
	3.424	3.073

(i) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remunerados a taxa de 102% (102% em 31 de dezembro 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

5 Contas a receber

	2022	2021
Transações com partes relacionadas (nota 6)	1.485	1.319
Contas a receber	656	377
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(88)	-
	2.053	1.696

Classificação por prazo de vencimento:

	2022	2021
Vencidos de 31 a 180 dias	78	118
Vencidos até 30 dias	216	144
A vencer até 30 dias	1.759	1.434
	2.053	1.696

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu o montante de R$88 referente a valores superiores a 180 dias de recebimento.

6 Partes Relacionadas

A Companhia efetua a prestação de serviços de apoio administrativo, financeiro e técnico e serviços congêneres, para atender principalmente os acionistas e suas partes relacionadas. Os saldos contábeis dessas transações estão demonstrados no quadro a seguir:

	Contas a receber		(receita bruta)	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Acionistas				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	223	3.207	2.873
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	223	3.207	2.873
Partes relacionadas dos acionistas				
Consórcio Machadinho	38	37	503	471
Consórcio Empresarial Salto Pilão	106	98	1.330	1.235
Serra do Facão Energia S.A.	37	44	479	447
Consórcio Estreito Energia	54	48	689	620
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas	178	162	2.274	2.067
Foz do Chapecó Energia S. A.	18	16	109	99
CPFL SERVICOS	141	115	588	168
CPFL Transmissão	913	353	2.012	996
	1.485	1.319	14.401	11.848

O saldo de parte relacionadas com contas a receber é realizado em até 30 dias, a partir do primeiro dia útil do mês seguinte e contempla somente os valores a receber pela prestação de serviços, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros.

As transações acima citadas são realizadas em condições específicas que podem divergir de transações usuais de mercado.

Remuneração da administração

A remuneração do pessoal chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 552 (R$ 515 em 31 de dezembro de 2021).

7 Impostos e contribuições a recuperar

	2022	**2021**
IRRF a compensar	120	264
CSLL a compensar	130	170
Imposto de renda sobre aplicação financeira	47	16
PIS a recuperar	22	12
COFINS a recuperar	125	55
	444	518

8 Direito de uso

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis e equipamentos utilizados na unidade administrativa. Desde o ano de 2019 a Companhia reconhece

esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R1), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Companhia definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto desses fluxos é uma taxa de juros nominal, prontamente observável no mercado, adicionada do spread de risco da Companhia. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Por este motivo, apresenta um intervalo de 2,5% a.a. a 6,47% a.a.

a) **Composição do direito de uso**

	Vida útil	**2022**	**2021**
Imóvel	3 anos	197	461
Equipamentos	3 anos	546	720
		743	1.181

b) Movimentação do direito de uso

	Direito de uso
Em 31 de dezembro de 2020	843
Novos contratos	1.089
Amortizações	(751)
Em 31 de dezembro de 2021	1.181
Baixa contrato encerrado	(28)
Remensuração	36
Amortizações	(446)
Em 31 de dezembro de 2022	743

9 Salários, provisões e contribuições sociais

	2022	2021
Salários a pagar	389	357
INSS a recolher	186	495
FGTS a recolher	62	55
IRRF sobre salários	203	115
Provisão – Participação nos lucros e resultados	963	989
Provisão de férias e encargos	945	812
	2.748	2.823

10 Impostos e contribuições a recolher

	2022	2021
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1	1
Imposto Sobre Serviços - ISS	96	77
Outros	7	7
Programa de Integração Social - PIS	34	26
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	156	125
	294	236

11 Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contratos vigentes de locação de imóvel e locação de equipamentos de informática. Esses contratos de locação, preveem pagamentos de aluguel fixo e mensal e foram enquadrados como passivo de arrendamento conforme CPC 06 (R2). Os valores dos contratos são reajustados anualmente de acordo com a variação do índice IGPM/FGV acumulado 12 meses.

	2022	2021
Passivos de arrendamentos - imóvel	619	750
Passivos de arrendamentos - equipamentos	203	538
AVP - direito de uso	(34)	(65)
	788	1.223
Passivo circulante	343	414
Passivo não circulante	445	809

	Passivo de arrendamento
Em 31 de dezembro de 2020	832
Adições	1.098
Juros provisionados	28
Amortização principal	(707)
Amortização juros	(28)
Em 31 de dezembro de 2021	1.223
Remensuração	36
Juros provisionados	30
Amortização principal	(471)
Amortização juros	(30)
Em 31 de dezembro de 2022	788

Em 2020, o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos sofreu uma revisão afim de prever um expediente prático relacionado aos descontos obtidos por arrendatários, em contratos de arrendamento, relacionados à Covid-19. Tal expediente prático prevê que o arrendatário poderia optar por não avaliar se um benefício concedido em função da pandemia seria reconhecido como uma modificação do contrato de arrendamento. Assim, a Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios negociados com os arrendadores de imóveis em função de descontos obtidos nos contratos de arrendamentos dentro do período permitido pela norma. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2022	**2021**
Até uma ano	343	414
De uma dois anos	445	809
Total	788	1.223

12 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, composto por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com a seguinte composição:

	2022 e 2021		
	Quantidade de ações	**Valor**	**%**
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	545.006	545	50
Campos Novos Energia S.A.	545.006	545	50
	1.090.012	1.090	100

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de fazer face às obrigações decorrentes das operações da Companhia.

Em 31 de dezembro 2022 a Companhia apresenta excesso de reservas de lucros em relação ao capital social no montante de R$ 498. A destinação será deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária, atendendo o disposto no artigo nº 199 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei, após a constituição de 5% sobre o lucro líquido do exercício a título de reserva legal.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos do estatuto social, é como segue:

	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	499	14
Constituição da reserva legal (5%)	(25)	(1)
Base de cálculo dos dividendos	474	13
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	(5)	-
Destinação para reserva de retenção de lucros	469	13

13 Receita líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2022	2021
Receita bruta - operações com partes relacionadas	14.401	11.848
Receita bruta - operações com partes não relacionadas	6.607	4.823
Impostos sobre prestação de serviços	(2.737)	(2.268)
Receita líquida	18.271	14.403

14 Custo dos serviços prestados

	2022	2021
Pessoal	(13.429)	(11.451)
Serviços de terceiros	(2.859)	(2.076)
Aluguéis	(527)	(138)
Amortização direito de uso	(421)	(493)
Material	(99)	(114)
Tributos	(34)	(38)
Seguros	(8)	(34)
Outros custos	(153)	(91)
	(17.530)	(14.435)

15 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita com Aplicações Financeiras	245	114
Outras Receitas Financeiras	43	7
Total receitas financeiras	288	121
Despesas financeiras		
Multas e juros	(1)	(42)
Outras despesas financeiras	(213)	(1)
Iof sobre aplicacao financeira	(2)	(3)
AVP - direito de uso	(30)	(28)
Total despesas financeiras	(246)	(74)
	42	47

16 Imposto de renda e contribuição social

A seguir, reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado do exercício:

	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	783	15
Alíquota fiscal combinada (15% de IR e 9% de CS) - %	24%	24%
	(188)	(4)
Adicional de IR – 10%	(54)	-
Exclusão/Adições	(42)	3
Efeito dos impostos no resultado do exercício	(284)	(1)
Alíquota efetiva - %	28%	24%

A Companhia não possui prejuízos fiscais acumulados.

17 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 e 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	3.424	3.073
Contas a receber (nota 5)	2.053	1.696
	5.477	4.769

Risco de liquidez
É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Risco de mercado
É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro 2022 e 2021 a Companhia possui aplicações financeiras que são indexadas por taxas pós-fixadas de CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

Risco operacional
É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos.

b. Instrumentos financeiros - Valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 e 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e são equivalentes aos seus respectivos valores justos.

c. Classificação contábil

A tabela a seguir apresenta a classificação contábil dos instrumentos financeiros.

Ativos financeiros	**2022**	**2021**
Valor justo por meio do resultado – VJR		
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	3.333	2.922
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos à vista	91	151
Contas a receber	2.053	1.696
	5.477	4.769

Passivos financeiros	**2022**	**2021**
Custo amortizado:		
Fornecedores	371	135
	371	135

18 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui ações trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como possíveis, prováveis ou remotas, portanto, nenhuma provisão ou divulgação é requerida de acordo com o CPC 25.